

Em resposta ao ofício 498/2020, segue abaixo o escopo das ações que julgo pertinentes:

No tocante as creches, a intenção é, no mínimo, cumprir a meta do Plano Nacional de Educação de 50% de atendimento a crianças de 0 a 3 anos até 2024. Não necessariamente através da construção de novas unidades. Existem as alternativas de aproveitamento de capacidade ociosa na rede pública, conforme levantamento da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, e a ampliação da rede de creches conveniadas, como implementado na cidade de São Paulo. As vagas serão direcionadas para as famílias mais frágeis, inclusos aqui os imigrantes.

A escola deve ser o grande centro das políticas para a infância e adolescência. A adoção do conceito de escola eficaz terá um impacto decisivo na qualidade da educação da rede municipal. Com isso, reduz-se a evasão e o abandono. Campanhas preventivas e orientativas passam a atingir um público que tem instrumentos para entendê-las e internalizá-las. Também na escola conseguimos perceber os sinais de violência ou de abuso, tornando mais ágil a atuação. Atividades de cultura, esporte e lazer devem ter a escola como ponto focal, tornando-a um centro de convivência para a comunidade.

Em relação a profissionalização, não vejo como competência da prefeitura, sendo algo mais afeito ao governo estadual e federal. É preciso priorizar para obter resultados e a municipalidade deve se ocupar de construir a base de aprendizagem sobre a qual serão adicionadas as competências profissionais. A dispersão de esforços é uma das grandes responsáveis pelas gerações de analfabetos funcionais que vem sendo “formados” pela escola pública.

A ampliação da cobertura de atenção primária, sobretudo das equipes de saúde da família, também podem colaborar na prevenção de inúmeros problemas, como uso de drogas, depressão e gravidez precoce, como também na detecção prematura de violência física e abuso sexual.

As ações de assistência social e os conselhos necessitam de uma reavaliação profunda. Não há transparência nas ações adotadas, nem indicadores de desempenho publicamente conhecidos. O foco está concentrado no acesso, sem um caminho claro para minimizar ou eliminar a vulnerabilidade. A saída sustentada dos programas é tão ou até mais importante do que a entrada. Portanto, qualquer redimensionamento implica em uma fase anterior de melhoria de gestão. Um outro ponto primordial é a participação da sociedade nesses programas, através da execução por meio de entidades religiosas, beneficentes e filantrópicas, que tem se mostrando ao longo dos anos de grande impacto nos problemas sociais.

Atenciosamente,

Paulo Henrique Grando